

ACTA N.º 23
MANDATO 2005/2009

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Fórum Cultural de Ermesinde, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2008-06-30, 2008-08-01 e 2008-08-04; -----

2.1 Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2009; -----

2.2 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2008; -----

2.3 Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável a cobrar no ano 2008; ---

2.4 Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Referente ao ano 2009, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -

2.5 Delegação de execução de obras na Junta de Freguesia de Campo – Arruamentos diversos; -----

2.6 Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Valongo – Apreciação; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes e Jorge Manuel Gonçalves Videira. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Marques Oliveira e Pedro Filipe da Rocha Almeida, sendo substituídos, respectivamente, pelos Membros da Assembleia Municipal Manuel Jorge Carneiro Vasconcelos Machado Pinto e Maria Esmeralda Correia de Carvalho. -----

Verificou-se a falta do Membro da Assembleia Municipal Alfredo da Costa Sousa, não tendo sido substituído. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** começou por dizer que, no actual mandato, a Assembleia Municipal reúne pela primeira vez, em sessão Ordinária, na freguesia de Ermesinde. -----

Entendem que num regime democrático o Poder Local deve ter um contacto directo com as populações, não só através de visitas locais, mas, também, se deve realizar reuniões de forma a promover a aproximação aos Municípios e aos seus problemas. -----

Informou que os Deputados da Assembleia Municipal de Valongo visitaram recentemente a freguesia de Ermesinde, com o objectivo de melhor conhecer os problemas com que os habitantes se defrontam no seu dia a dia. -----

Reuniram com todas as Associações locais e tiveram oportunidade de auscultar os anseios e problemas das colectividades, que têm a grande missão de proporcionar actividades desportivas e culturais. -----

Na sequência dessas reuniões foi elaborado em relatório em que deram a conhecer ao Senhor Presidente da Câmara as sugestões que foram apresentadas e fizeram recomendações ao Executivo Camarário. -----

Terminou dizendo que desse modo os Deputados da Assembleia Municipal de Valongo têm contribuído para o progresso da democracia participativa, para a valorização e dignificação do Poder Local. -----

O Senhor **Deputado António Artur dos Santos Pais** começou por se dirigir ao público, pois considera gratificante ver o seu interesse, assim como as questões que pretende colocar irão ajudar a resolver os seus anseios. -----

Disse de seguida que o momento assim obriga, pois no meio de uma conturbada situação dentro do actual seio político na Junta de Freguesia de Ermesinde impõem-se que ele diga alguma coisa. -----

Relativamente ao Fórum de Ermesinde, local onde se encontram, e o Auditório do Parque Urbano não é fácil ele frequentar, pois é um local que está para Ermesinde como está a Praça de São Pedro, no Vaticano, para a cidade eterna que é Roma. -----

Isto porque, quando em 8 de Dezembro de 2006 se comemoraram os “30 Anos do Poder Autárquico” esteve presente num plano de inferioridade, pois na sua freguesia não pôde ser o Presidente representante as Juntas de Freguesia, o que considera que foi mau, não está contra o colega que foi representou, assim como a Senhora Presidente da Assembleia não terá culpa, pois considera que a situação terá sido contornada por alguém, e ele esteve num pleno de inferioridade na sua terra. -----

Por outro lado, no dia 15 de Setembro na abertura do ano escolar, realizada no Fórum de Ermesinde, não foi avisado para participar, mas é questionado na sua Assembleia, pelo seu Partido, porquê e quantas as quantias que se dão às escolas para a higiene e limpeza, mas como Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde não foi convidado a participar, nada lhe disseram, alguma coisa esteve mal por parte da Acção escolar da Câmara Municipal. ---

Disse de seguida que o público tem de saber que quem colocou à frente da sua cidade veio de mãos limpas e vai de mãos limpas. -----
Continuou dizendo que todos sabem que a realidade é a cores, que há dias bonitos, feios e assim assim, que os acontecimentos às vezes são agradáveis e outros nem por isso, que as pessoas têm dias de simpatia, ternura e de solidariedade, outros de raiva e de inveja pura, outros de indiferença ou amável desinteresse, para quê complicar. -----
Continuou dizendo que por mais sofisticados que sejam, tentam ser tropeçamos a todo o momento em clichés, realidades bipartidas, concessões simplistas do bem e do mal, a lógica da competição aberta que elegeram como valor central deste mundo, ou melhor deste outro mundo, envolve ainda uma capacidade de simular, de guardar segredo, de não mostrar os trunfos, que está muito longe de facilitar espontaneidades e confianças riosas. -----
Não podendo, pois, confiar no outro, um outro, que pelo simples facto de existir e de ser diferente de deles pode trai-los, atraiçoa-los, tirar vantagem do acto do mal fazer, resta a derradeira possibilidade da auto confiança, é aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde tem feito. -----
A construção em cada um de um sentimento de recurso próprio para lidar com situações, quaisquer que sejam, é paralelo a todo o desenvolvimento, começa na infância, nas relações que estabelecem com os outros e os outros com eles, nas capacidades que vão descobrindo ao longo da vida, é aquilo que o Presidente da Junta de Freguesia se preparou na vida. -----
Terminou dizendo que têm para enfrentar as frustrações de dissolver a agressividade e transformar o que sentem, o que são e o que os rodeia, a auto confiança é uma esperança, benévola que não tem receitas, não se adquire por contágio, nem há certeza que tem a ver com a génese predisponente, mas como é um trabalho individual perpetuo há sempre a expectativa de lá chegar. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra ao Público. -----
A Senhora **Município Isabel Madeira** começou por dizer que estava em representação dos comerciantes da zona circundante do Centro de Saúde de Ermesinde, da Gandra, e em nome próprio como utente do Centro de Saúde de Ermesinde. -----
Assim, o assunto prendesse com o encerramento do Centro de Saúde de Ermesinde, como todos os presentes devem ter conhecimento, que tem graves consequências financeiras quer na zona, quer para os comerciantes, bem como os próprios utentes do Centro de Saúde, na sua grande maioria, estão com a alteração de localização. -----
De seguida fez a leitura de um abaixo-assinado que se anexa à presente acta como Doc.1. -----
Disse de seguida que como é do conhecimento ficaram sem o Pingo Doce, vivem actualmente sem o Centro de Saúde, gostaria de saber qual o futuro do Mercado e o que vai acontecer à ferira de Ermesinde. -----

Terminou dizendo que a pedido de todos os comerciantes lembrava que os votos dos utentes do Centro de Saúde e dos comerciantes daquela zona também são importantes. -----

A Senhora **Munícipe Conceição Coelho** começou por dizer que ia falar sobre as más instalações do novo Centro de Saúde. -----

O novo Centro de Saúde atinge 40º de temperatura por volta das três, quatro horas da tarde, foi construído virado a sul, com janelas fechadas e sem estores, as cadeiras de rodas não entram dentro do Centro de Saúde, é necessário a ajuda de um profissional para ajudar as pessoas a levar cadeiras de rodas eléctricas, pois não conseguem subir a rampa. -----

Disse ainda que as instalações foram abertas sem condições, com a terra e a lama, sem transportes acessíveis às pessoas de idade, que é um drama vê-las a subir a rampa existente. -----

Informou que tinha estado, na noite anterior, a assistir à reunião da Junta de Freguesia de Ermesinde onde colocou o problema, e a resposta que lhe foi dada foi que não faziam parte da ARS, do Ministério e dos Transportes Colectivos, disso tem conhecimento porém as pessoas por quem, em princípio, o povo vota têm a responsabilidade de tentar resolver os problemas. -----

O Senhor **Munícipe César Augusto Moreira Cunha** disse que era Presidente da Associação de Pais da Escola da Bela, e pretendia falar de uma situação, várias situações, que acontecem na Escola da Bela. -----

Disse, ainda, que a Câmara Municipal é responsável pela construção de uma cantina na Escola da Bela, que continua sem avançar, uma escola onde existe horários normais e actividades extra curriculares que prolongam os horários, mesmo os não normais. -----

Existem problemas com o portão que não abre totalmente, não permitindo a entrada de uma maca para retirar qualquer pessoa acidentada, e quando chove não permite a entrada dos alunos, ou seja fecham o guarda chuva ou passam-no por cima do portão, coisa que as crianças não conseguem fazer. -

Outra situação que os preocupa é a acumulação de água e terra perto da zona do portão, visto todo o recreio da escola ser com inclinação para o mesmo, e não havendo escoamento suficiente essa água fica depositada, ficando os alunos quando entram na escola com os pés molhados. -----

Continuou dizendo que há falta de recreio coberto, pois o polivalente da escola está a ser utilizado para actividades extra curriculares, portanto são dadas aulas de apoio nesse pavilhão, não podendo as crianças brincar nessa situação, têm que ficar fora à chuva. -----

Terminou dizendo que uma outra situação não menos preocupante é a existência de ratos dentro da escola. -----

A Senhora **Munícipe Fernando Paula Monteiro Guedes Pinto** disse que a situação em que se encontra a Escola da Bela é dramática, estão a um mês de aulas e já tiveram dois dias de muita chuva em que as crianças não conseguiam entrar na escola, pois a água é cada vez mais junto do portão. ---

Disse de seguida que o portão não abre, não se sabendo porquê, a construção da cantina está prometida há cinco ou seis anos, a escola tem duzentos e cinquenta e três crianças, e todos os pais são eleitores de Ermesinde. -----

Disse que gostaria que a Câmara se deveria preocupar com a situação em que se encontra a Escola da Bela como se preocupou com outras situações na Bela, como o parque infantil, o que foi óptimo, mas a escola não tem as mínimas condições para as crianças. -----

Informou de seguida que estão dispostos no próximo dia de chuva a encerrar a escola a cadeado, pois não podem esperar mais, andaram um ano inteiro, ela própria falou com a Dra. Angelina representante da Educação da Câmara, foi-lhes dito que iam reunir, até hoje, nem Presidente, nem Dra. Angelina, nem Conselho Executivo, nada. -----

Disse ainda que uma outra situação são os funcionários, dizem que a Câmara tem que colocar na escola funcionários que estejam no fundo de desemprego, este ano já foram colocadas duas funcionárias na escola da Gandra, enquanto a escola da Bela só tem duas funcionárias a tomar conta de todas as crianças, as duas apenas duas horas por dia, as restantes horas apenas uma funcionária. -----

Informou que na semana passada uma funcionária faltou, tiveram um caso de uma menina que se sentiu mal, e teve que ir para o hospital, não havia funcionária para acompanhar a criança, foi uma funcionária da pré, depois a funcionária do 1º ciclo teve que ir almoçar, as crianças ficaram sem funcionária. -----

A Senhora **Munícipe Susana Cristina Oliveira Gonçalves** disse pertencer à Associação de Pais da Escola da Bela. -----

Informou de seguida que caso os problemas não sejam resolvidos vão tomar atitudes drásticas para que se proceda à sua resolução. -----

Disse de seguida que a Escola da Bela também pertence ao concelho de Valongo, tomando como exemplo a Escola do Carvalhal onde existe tudo enquanto da Bela não existe nada, não têm cantina, existem crianças em regime normal e crianças que não têm regime normal, perguntando se todas as crianças não devem ter os mesmos direitos. -----

As crianças de regime normal têm cinco actividades extra curriculares, as crianças com regime duplo da manhã e duplo da tarde só têm direito a duas, existem estas desigualdades e pretendem que as igualdades sejam para todos. -----

Disse ainda que na passada segunda-feira choveu torrencialmente tendo que levar a sua filha ao colo pois a água atingia os dez centímetros de altura das suas pernas, mas que existe pessoas que não podem pegar nas crianças ao colo. -----

O que se passa é uma situação dramática formasse um autêntico riacho, a água escorre em cascata, nas suas casas são obrigados a canalizar as águas pluviais e a Escola também deve ter essa obrigação. -----

Informou ainda que a recolha do lixo é feita à hora em que as crianças estão a entrar para as salas de aula, situação que considera não ser higiénica. ----- Terminou dizendo que gostaria que os problemas colocados fossem solucionados pois a Escola da Bela também pertence a Ermesinde. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que relativamente ao Centro de Saúde não tem a ver com a Câmara, pois quem constrói e dirige os Centros de Saúde é o Governo, a Câmara apenas pode, e deve, transmitir os problemas levantados pela população à Administração Regional de Saúde e ao Ministro da Saúde. - Informou que nada lhes foi dito quanto ao novo Centro de Saúde nem solicitadas opiniões sobre o mesmo. -----

Quanto à Escola da Bela é um problema da inteira responsabilidade da Câmara. -----

Informou de seguida que foi aberto um concurso, sobre o qual estão a decorrer os prazos legais, que não podem ser ultrapassados, para ser feita uma grande remodelação na escola da Bela, onde vai ser feito um refeitório. Disse ainda que a Câmara vai fazer novas escolas, bem como toda recuperação do sector e do parque escolar, foram apresentadas candidaturas das quais quatro já estão aprovadas, e na Bela vai ser drenado o terreno vão aparecer novos edifícios e um refeitório, estando o concurso aberto e prevêem que dentro de um mês, um mês e meio, seja feita a adjudicação da obra e a obra começará nessa altura. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que relativamente ao Centro de Saúde comunga das preocupações e críticas apresentadas. -----

Disse de seguida que foi ao novo Centro de Saúde, como utente, e sentiu os problemas referidos, o ar irrespirável no interior devido ao calor, as janelas viradas a sul, os acessos são inadequados para pessoas idosas ou com problemas de locomoção. -----

Informou que a construção do Centro de Saúde nada tem a ver com a Câmara, a única coisa que esta fez foi ceder o terreno que lhes foi pedido, mais ou menos naquela localização, tendo a Câmara completado aí a sua colaboração na construção do centro de Saúde, todo o resto é da responsabilidade do Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde do Norte. -----

Embora a Câmara não tenha responsabilidade na construção, tem responsabilidade em chamar à atenção quem de direito para resolver os problemas, e isso vai ser feito. -----

Relativamente aos transportes já foi enviado um ofício aos STCP no sentido destes alterarem o trajecto da carreira 704 de forma a passar junto ao Centro de Saúde, tendo sido enviado uma planta do local, bem como uma sugestão para o trajecto. -----

Disse ainda que a Câmara está a proceder a alterações do trânsito na zona circundante ao Centro de Saúde, de forma a facilitar o acesso ao mesmo. ----

A Câmara está preocupada com o funcionamento deficiente do centro de Saúde, e tudo fará para que se resolvam os problemas. -----
Relativamente à questão dos comerciantes, o que lhe foi dado a conhecer é que as obras no antigo Centro de Saúde vão iniciar brevemente, sendo o prazo previsto para a sua realização de seis meses, a Câmara tudo fará para que esses prazos sejam cumpridos. -----
Disse de seguida que, segundo aquilo que lhe foi dado a conhecer, a capacidade do novo Centro de Saúde é de trinta mil utentes, sendo cinquenta mil o número habitual de utentes do Centro de Saúde de Ermesinde, o que implica que seja necessário funcionarem os dois. -----
Quanto ao Pingo Doce informou que é de iniciativa privada, que a Câmara não pode controlar, embora o novo Pingo Doce também fique na Gandra cerca de trezentos metros à frente. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu de seguida a palavra aos Membros da Assembleia Municipal. -----
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a leitura de um Voto de Pesar que se anexa à presente acta como Doc.2. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o Voto de Pesar anexo á presente acta como Doc,2, sendo aprovado por unanimidade. -----
O Senhor **Segundo Secretário da Assembleia Olívio Alexandre Amador Cruz** agradeceu em seu nome pessoal e em nome da sua família todas as manifestações de apoio numa hora difícil como foi do falecimento do seu sogro, que tornaram as horas menos pesadas e mais curtas. -----
Agradeceu a todos os funcionários da Câmara Municipal, Deputados Municipais, Vereadores, todos que nesse momento estiveram com ele e manifestaram o seu apoio. -----
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----
O Senhor **Deputado António Artur dos Santos Pais** informou que relativamente ao Centro de Saúde de Ermesinde as obras estão previstas iniciar no dia quinze de Outubro, com data provável de conclusão de seis meses. -----
De seguida disse que relativamente à capacidade do cemitério número um já esgotou, estando encerrado para receber óbitos para as sepulturas comuns, estando a encaminhar todos os funerais para o cemitério número dois. -----
Realizam-se uma média de duzentos funerais por ano, que eram repartidos pelos dois cemitérios, e desde Janeiro estão a ser encaminhados só para o cemitério número dois, da Costa. -----
De seguida solicitou a afectação de um terreno para construção de um novo cemitério, pois dentro de dois anos a capacidade do cemitério número dois fica esgotada. -----
Relativamente ao mercado de Ermesinde, apesar da cidade de Ermesinde estar dotada de seis hipermercados, a tradição da população não se esgotou

com os mesmos, mantendo-se fiel ao mercado. -----
Disse ainda que foi criada uma Comissão para se deslocar a Palmela no sentido de uma provável importação do modelo de mercado lá existente, o qual não seria o mais indicado para Ermesinde, porém visitaram o mercado de Fátima que lhes pareceu o modelo ideal para Ermesinde. -----
Terminou dizendo que após reunião da Comissão concluíram que a demolição do actual mercado de Ermesinde seria um facto, devido às más condições do mesmo, pelo que seria necessário construir um mercado de raiz. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que o Bloco de Esquerda já há mais de dois anos que tem levantado vários problemas relacionados com a Escola da Bela, particularmente no que respeita ao portão e ao acumular das águas à entrada. -----
Disse ainda que são situações que representam, como têm dito, um perigo real para as crianças e para todos os utentes em geral, que frequentam aquela escola. Fizeram ver ao Executivo que o portão era composto por duas folhas e só uma funciona, criando enormes confusões com atropelos quer à entrada quer à saída do mesmo. -----
Quanto à acumulação das águas quando chove as crianças, e não só, entram para a escola com os pés encharcados, ficando assim todo o tempo em que estão nas aulas correndo por esse motivo riscos de saúde. -----
Também foi o Bloco de Esquerda que levou a debate à Assembleia Municipal o problema de falta de refeições do Agrupamento, que é composto pela Escola da Bela, Sampaio e Gandra, tendo arrancado mais uma ano escolar e as crianças continuam privadas de questões essenciais como a segurança e a distribuição de refeições. -----
Disse de seguida que em relação ao portão e o empossar das águas só não foi feito nada porque a Câmara fez ouvidos de mercador aos problemas levantados pelo Bloco de Esquerda. -----
Relativamente ao centro de Saúde de Ermesinde, mais uma vez se demonstrou a carência que existe em termos de mobilidade interna no Concelho, principalmente para as pessoas que vivem fora da malha urbana. -
No caso particular do novo Centro de Saúde de Ermesinde, que foi construído no lugar da Bela, nos limites da freguesia, ficando uma grande parte da população com um grave problema de acesso, em termos de transporte público, e tratando-se de pessoas idosas torna-se complicado. ----
Perguntado de seguida quais as diligências tomadas pelo Executivo, junto das empresas de transporte que operam na freguesia, no sentido de minorar as dificuldades que a população sente nos acessos ao novo Centro de Saúde. -----
Informou de seguida que existe um vidrão, que se encontra na entrada do parque infantil da antiga feira de Ermesinde, que se encontra sempre cheio,

por não ser despejado regularmente. -----
Disse ainda que esse vidrão constitui um perigo para as crianças que frequentam o parque infantil, pois muitas vezes o monte de garrafas fica do lado de fora do vidrão, que são arremessadas para dentro do parque pela irrequietude dos jovens mais crescidos espalhando os vidros pelo parque, que constitui risco de perigo constante. -----
Sugeriu de seguida que se deveria retirar o vidrão daquele local, e ao mesmo tempo fazer uma recolha mais rápida no que toca ao esvaziamento dos vidrões. -----
O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** começou por dizer que em relação à construção do Centro de Saúde é da responsabilidade do Governo, não tendo comunicada nada à Câmara, nem sequer os convidou para a inauguração. -----
Relativamente ao mercado informou que foi adjudicado à Ordem dos Arquitectos, no passado dia 18 de Julho, um concurso de ideias, que irá passar por diferentes fases, inclusive discussão pública, antes da sua concepção. -----
Em relação ao problema dos cemitérios, que aliás acontece em muitas populações onde os terrenos são escassos, por vezes adoptam-se algumas situações de recurso aumentando um pouco para os terrenos circunvizinhos, recorrem-se a outros meios, como acontece no Porto, e noutros sítios, que é o recurso aos fornos crematórios para culminar a falta de terrenos. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado José Deolindo Caetano, este não deveria referir-se só ao que não está feito e deveria estar mas, também, ao muito que está feito e não estava previsto fazer. -----
Existe uma quantidade de obras que não constavam do Orçamento, que estão executadas, precisamente porque houveram algumas por circunstâncias várias, a maior parte delas externas à vontade da Câmara, se atrasaram, e uma vez que estavam atrasadas canalizaram as verbas que estavam previstas para essas obras para outras que não estavam inscritas no Orçamento. -----
Relativamente à obra do Viaduto da Igreja que estava prevista em Orçamento encontra-se atrasada porque a REFER os obrigou a fazer um projecto de execução muito específico, bem como é uma obra que implica que se efectue entre as duas e as seis da manhã e tem que cumprir uma série de requisitos técnicos que a Câmara não estaria à espera de corresponder. -----
Assim, estão a fazer o projecto em colaboração com a REFER para que possam avançar com a obra no mais curto de espaço de tempo possível. -----
Disse ainda que a REFER pretende debitar à Câmara cerca de trinta mil euros pelos constrangimentos com que vai ser afectada durante a execução da empreitada, valor que a Câmara entende que não deve pagar, pois

embora se trate de uma obra da Câmara deve existir uma maior colaboração por parte da Administração Central. -----

Quanto à obra da Rua 5 de Outubro está previsto o seu início dentro de dias. Em relação a Miguel Bombarda devido à passagem desnivelada ainda não teve, por parte do Governo, abertura para se poder iniciar. O processo está, por parte da Câmara, pronto há mais de um ano, bem como o seu financiamento já está aprovado, só faltando a assinatura do Protocolo que tem que ter o aval do Ministério das Finanças, que se está a aguardar. -----
Relativamente à Rua Rodrigues de Freitas o projecto está pronto e processo de adjudicação está a andar estando previsto o seu início dentro do ano de 2008. -----

Quanto a passeios e arranjos de arruamentos ainda falta fazer muitos, falta arranjar passeios e fazer novos em alguns locais, mas nos últimos dois anos muitas obras foram feitas, muitos passeios foram arranjados e outros novos foram construídos, bem como muitos pavimentos de ruas foram executados.

Terminou dizendo que relativamente aos transportes para o novo Centro de Saúde de Ermesinde a Câmara fez o que lhe competia, que foi chamar à atenção dos STCP a fim de ser feita a alteração da carreira de forma a passar junto do Centro de Saúde. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por elogiar a Câmara pela construção do Corredor Ecológico, pois considera importante que se elogie quando é merecido. -----

É de opinião que se deve criar até ao limite o máximo de diferenciação do Concelho na Área Metropolitana do Porto, e o Corredor Ecológico insere-se naquilo que é o seu pensamento há muitos anos. -----

Disse de seguida que tomou conhecimento pelo jornal o facto da Câmara Municipal não ter apoiado uma iniciativa que decorreu em Valongo designada por Downhil, teve o cuidado de se informar quais as pessoas que estavam na iniciativa, acabando por conhecer uma delas, que lhe forneceu alguns elementos. Questionando de seguida porque é que a Câmara não apoiou a iniciativa, embora não sendo uma Associação a Câmara também tem iniciativas em que apoia entidades que não são associações. -----

Terminou dizendo que da mesma forma que valorizam o Corredor Ecológico, também têm que ter coerência quando não se apoia iniciativas com dimensão Nacional, ou alguma dimensão muito mais do que a local. -----

De seguida fez a leitura de um Requerimento que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que relativamente à Tarifa de Disponibilidade, foi dada uma explicação na última Assembleia Municipal. -----

Disse de seguida que a criação da Tarifa vem na sequência da Plano Estratégico do Abastecimento de Água e Saneamento, PEASAR, que é de iniciativa do Governo, e não da Câmara Municipal. -----

O PEASAR 2007/2013 refere que a cobrança do consume de água deve

reflectir o consumo variável e uma tarifa fixa, que uns Municípios chamam de Tarifa de Disponibilidade, outros de Quota de Disponibilidade, que aliás decorre de uma Directiva Comunitária, que está no PEASAR como sendo um objectivo o nas questões do abastecimento de água e águas residuais. -----
Disse ainda que à semelhança de outros concelhos Valongo tem um contrato de concessão, nos quais existem direitos e deveres, e os Municípios tiveram que encontrar formas de compensar as empresas que têm esses contratos. Não podiam de um momento para o outro, por Decreto do Governo, tirar-lhes uma parte da receita contratual do abastecimento de água. -----
O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** informou que relativamente à iniciativa da ONIL não estava prevista em Orçamento, assim como têm que ter cuidado no apoio a iniciativas de empresas privadas. -----
Disse de seguida que a Câmara se propôs a fazer uma parceria com os organizadores, assim como é a Câmara Municipal que decide o tipo e a quantidade de apoios que deve dar às iniciativas, e a organização pretendia que a Câmara fizesse todo o evento em termos logísticos, ficando a organização com pouco trabalho logístico. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à intervenção do vereador Mário Duarte o ano ainda não acabou, bem como o mandato, e certamente para o próximo ano vai haver obra. -----
Questionou de seguida qual a situação do processo da Rua Central da Retorta, em Campo, relativamente à alteração do trânsito, questão colocada em anterior Assembleia. -----
Terminou dizendo que em relação a um Requerimento que fez sobre um Stand ao fundo da Av. Joaquim Ribeiro Teles, sobre o qual recebeu um ofício da Câmara a informar que houve um engano na atribuição da licença de ocupação do espaço público, e que iria ser rectificado, tendo passado já quatro meses e o assunto ainda não foi rectificado. -----
O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que relativamente à intervenção do Vereador Mário Duarte, este está confundido, pois existe uma Lei dos Serviços Públicos Essenciais, a n.º 23/96, que foi alterada dando origem à Lei n.º 12/2008, que é muito clara e acaba com os consumos mínimos, em que diz que é possível a cobrança de uma taxa para construção, conservação e manutenção de rede. -----
Terminou questionando que, se a Câmara Municipal tinha tanta segurança no que fez porque não trouxe o assunto à Assembleia Municipal para ser discutido. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão a acta da reunião do dia 2008-06-30, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor e três abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----
De seguida colocou à discussão a acta da reunião do dia 2008-08-01. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** informou que relativamente à

acta em discussão tentou resolver a sua discordância quanto a ela na Conferência de Representantes. -----

Disse de seguida que em relação á página cinco, penúltimo parágrafo, em que foi proposto o agendamento de nova reunião para o dia quatro de Agosto, sendo aprovado por unanimidade. -----

Se lerem a acta seguinte diz que ele não concordou com a data de quatro de Agosto para a realização da nova reunião, tendo apresentado um requerimento sobre o assunto à Mesa. -----

Assim as duas actas não podem estar conforme porque numa diz que foi aprovado por unanimidade e na outra diz que ele não concordou, algo não estará correcto. -----

Após ter colocado o problema na Conferência de Representantes a Mesa apresentou uma nova proposta em que retirava que tinha sido aprovada por unanimidade, substituindo por não tinha havido oposição, que na sua opinião é a mesma coisa. -----

De seguida apresentou uma alteração à acta que se anexa à presente acta como Doc. 7. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que voltaram a ouvir as cassetes e depois de ter dito que a reunião seria efectuada no dia quatro de Agosto não houve da parte dos Membros da Assembleia ninguém que quisesse intervir sobre o assunto, daí colocarem que foi aprovado por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que de facto não houve nenhuma proposta apresentada pela Presidente da Assembleia Municipal, mas sim uma conversa à margem da Assembleia onde os Líderes dos Grupos Municipais se pronunciaram sobre a data provável, e possível, da nova Assembleia. -----

Nessa conversa o Deputado Deolindo Caetano opôs-se a que a reunião se realizasse no dia quatro de Agosto, sugerindo que o assunto fosse discutido e votado em Setembro, inclusive terá havido outra manifestação, por parte do Presidente da Junta de Alfena, em que o dia quatro não seria possível, mas aí tem algumas reservas. -----

Terminou dizendo que lhe parece que não custa nada passara para a acta aquilo que de facto se passou, que não foi apresentada nenhuma proposta, que após discutido o assunto com os Líderes Municipais chegou-se à conclusão que a próxima reunião seria no dia quatro de Agosto, embora com o voto de vencido do Deputado Deolindo Caetano e do Presidente da Junta.

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** disse que de facto na reunião com os Líderes Municipais, para conversar sobre a data da próxima, nesse sentido da parte do Deputado Deolindo Caetano e do Deputado Arnaldo Soares foi manifestado que o dia quatro não seria bom para se realizar a reunião. -----

Quando voltaram ao plenário e foi referido o dia quatro de Agosto, não houve por parte de nenhum dos Deputados qualquer referência a opor-se a essa

data. -----
Terminou dizendo que referiu, na altura, que havia uma exigência para que o nome do Representante fosse indicado até ao dia quatro, pois tinham dez dias para realizar a eleição, assim para ser dado cumprimento ao prazo a reunião tinha que ser no dia quatro. -----
O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Sousa** começou por dizer que relativamente ao facto de a nova data ter tido ou não o voto favorável de todos os Líderes Municipais, tratou-se de uma reunião entre eles num intervalo da Assembleia, não constando da acta. Assim como o que foi proposto pela Presidente da Assembleia está relatado com exactidão na acta. Disse de seguida que foi dado conhecimento pela Presidente da Assembleia que a reunião se teria que se realizar até ao dia quatro por razões processuais. -----
Na reunião intercalar com os Líderes Municipais em que a Presidente da Assembleia obteve a concordância de uns e a discordância de outros, o que é facto é que a conclusão a que se chegou está vertida na acta. -----
Mesmo que o Deputado Deolindo Caetano não tenha concordado com a data, não deixa de ser verdade que não se opôs quando a Presidente da Assembleia, em Assembleia, propôs a data de dia quatro de Agosto para realização da reunião. -----
O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que na reunião que houve com os Líderes Municipais, ele disse que a data de quatro de Agosto não lhe convinha, mas concorda que seria difícil escolher uma data que agradasse a todos. -----
Disse de seguida que a Presidente da Assembleia Municipal que a reunião seria no dia quatro, não tendo sido feita uma proposta, bem como na altura não estavam todos os Deputados presentes na sala, portanto a redacção proposta pelo Deputado Deolindo Caetano para ele está correcta. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que não discorda com o que foi dito pelo Deputado Jerónimo Pereira, mas o que fica para a posteridade para quem consultar as duas actas é que ele não está a falar a verdade, pois numa acta diz que ele aprovou e na outra acta diz que ele discordou, e é isso que não pode ser. -----
Disse de seguida que se passou é que foi comunicada a data da nova reunião, e quando se diz que se propôs é porque houve uma proposta, e ouvirem as gravações não foi feita proposta nenhuma, inclusive na altura ele estava na sala mas não estava sentado, bem como alguns Deputados do partido socialista já se tinham ausentado. -----
Disse ainda que naquela situação não é continuação da reunião, pois a Lei não permite a continuação, tem que ser uma nova reunião, as Assembleia Extraordinárias podem ter dois dias se for aprovado pela Assembleia. -----
Assim aquilo que se passou foi que a Presidente da Assembleia comunicou que a próxima reunião se realizaria no dia quatro de Agosto, e que será isso que consta da gravação. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que não esteve presente na reunião, mas compreende a questão colocada pelo Deputado Deolindo Caetano da eventual incompatibilidade entre as duas actas, que na sua opinião tem que ser assegurado. -----

Terminou dizendo que na sua opinião poderia ser mencionada a posição tomada dentro da reunião restrita que se realizou, e que após a comunicação da Mesa ninguém se manifestou, assim ficaria assegurada a incompatibilidade entre as duas actas. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** disse que aceitavam retirar a palavra propôs ficando parágrafo com a seguinte redacção: A Senhora Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas disse que tendo-se verificado um empate nas duas votações de acordo com o número 3, do artigo 26ª do Código do procedimento Administrativo, comunicou o agendamento de uma nova reunião para o dia 4 de Agosto, pelas 20h30, não se tendo registado oposição. -----

O **Senhor Deputado José Deolindo Caetano retirou a Proposta** de Correção à acta de 1 de Agosto de 2008, anexa à presente acta como Doc.6. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a acta do dia 2008-08-01, com a alteração proposta pela Mesa, sendo aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e cinco abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou à discussão a acta do dia 2008-08-04, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e oito abstenções em virtude dos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2009. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem é uma possibilidade que a Lei confere aos Municípios apara aumentarem a sua receita, no entanto é mais um imposto, e nesse sentido o bloco de Esquerda entende que não se justifica a sua aplicação, no Concelho, da taxa oriunda de uma Lei injusta, que não defende o consumidor final. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.1 Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2009, sendo reprovado por maioria com dezasseis votos contra sendo, treze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU, um voto contra do Grupo Municipal do BE e um voto contra da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, e quinze votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de uma Declaração do Voto que se anexa à presente acta como Doc. 8. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 2.2 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2008. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc. 9. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que na Conferência de Representantes colocaram a questão da justificação da Deliberação da Câmara Municipal. No fim, depois de todos terem dado a sua contribuição em termos de entendimento sobre a Lei, uns acharam de uma maneira e outros de outra. -----

Disse de seguida que o entendimento que o Bloco de Esquerda faz da Lei é que não se justifica a Deliberação da Câmara Municipal, ela poder-se-ia justificar se a Câmara abdicasse de alguma percentagem da tributação variável, que é o IRS, não abdicado não é necessário fazer a comunicação. –

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc. 10. -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** informou que consultaram duas entidades, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Comissão de Coordenação da Região Norte, quanto à dúvida colocada na Conferência de Representantes. -----

Sendo que a resposta obtida pelas duas entidades foi de que: -----

O IRS apurado em declaração dentro do prazo se o Município delibera a taxa máxima, a receita reverte a favor do Município; -----

Se o Município delibera taxa inferior ao máximo, a receita é retribuída entre o Município e o Contribuinte, em função das percentagens que forem previamente fixadas; -----

Se o Município não deliberar o Estado fica com os 5% do IRS que apurar. ----

Disse de seguida que na Lei das Finanças Locais no artigo 20º, número um, refere que os Municípios têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos do domicílio fiscal. -----

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Deolindo Caetano, para poderem em consciência tomarem uma posição sobre o assunto, ligou para a Direcção de Serviços do IRS, solicitando os elementos necessários à quantificação do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, imputável aos contribuintes/munícipes do Concelho apurado em 2007, sendo a prestação da participação de 0,5%. -----

Conforme referido pelo Deputado Jerónimo Pereira os custos para a Autarquia são demasiados relativamente ao benefício que o Município, em regra, e apontando exemplos que ele deu. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.2 Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2008, sendo aprovado por maioria com dezasseis votos

a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, catorze votos contra sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal do BE e uma abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente a estas questões, ou outras, quando têm uma opinião não é por questões meramente táticas, políticas ou eleitorais que mudam o sentido de voto. ---- Informou de seguida que só não votam favoravelmente porque são contrários com alteração feita à Lei das finanças Locais, pois quem vai favorecer com os benefícios da redução da taxa são os que têm grandes vencimentos. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc. 11. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 2.3 Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável a cobrar no ano 2008. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc. 12. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que dado a que a Câmara continua a aplicar a taxa da mesma forma que o ano passado, de uma foram cega, não tendo em conta a situação dos diversos agentes económicos. -----

Disse de seguida que a Derrama, imposto adicional à colecta do IRC, é uma das receitas facultativas a que os Municípios recorrem, para que os ganhos decorrentes da actividade desenvolvida no território concelhio possam contribuir para a melhoria das condições de vida dos respectivos concelhos.

Por isso o Bloco de Esquerda não é contrário à cobrança do referido imposto, no entanto a cobrança do imposto não deve ser cega, nem se deve desligar da localização que posteriormente se faz das receitas cobradas. -----

Como a Câmara continua a aplicar a taxa de igual forma para todo o tipo de agentes económicos do concelho, não usando a faculdade que é dada pelo artigo 14º, número 4, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, de cobrar de forma diferenciada as pessoas colectivas que tenham lucros inferiores a 150 mil euros. -----

Não concordando com a aplicação uniforme da taxa aos pequenos, médios e grandes agentes económicos do Concelho, nem se revendo na localização que é feitas pelas receitas cobradas o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente a proposta do Executivo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.3 Lançamento da Derrama sobre o lucro tributável a cobrar no ano 2008, sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta

Braga de Freitas, e um voto contra do Grupo Municipal do BE e catorze abstenções sendo treze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Primeiro Secretário da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4 Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Referente ao ano 2009, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que no âmbito das receitas dos Municípios o IMI é daquelas que assume maior relevo. -----

Para o Bloco de Esquerda tem todo o sentido que a ocupação por imóveis do espaço público se traduza numa compensação tributária à comunidade, estando, actualmente, atribuída aos Órgãos Municipais a fixação das respectivas taxas. -----

A posição do Bloco de Esquerda é que os respectivos valores devam ter em conta que a situação social dos sujeitos passivos do imposto, quer a necessidade de financiamento da Autarquia, quer a qualidade do serviço prestado por esta aos munícipes. -----

Sucede que o município de Valongo tem vindo a prosseguir uma política que não conduz, como repetidamente têm afirmado, ao desenvolvimento sustentável. -----

Por outro lado já são muitas as famílias com dificuldades para pagar as prestações das suas casa, e Concelho não é excepção, de haver pessoas obrigadas a entregar as chaves por não poder mater as rendas por falta de meios económicos, derivado à precariedade do emprego e dos baixos salários. -----

Assim, ao se propor os valores tributários para o ano 2009 nos valores máximos que a lei prevê, a Câmara não tem em conta e vira a cara à realidade que acabaram de expor, nesse sentido o Bloco de Esquerda de Valongo não pode aprovar a taxa apresentada. -----

Terminou dizendo que o Bloco de Esquerda no ano passado sugeriu o levantamento, que a autarquia não teve em conta, dos edifícios que estão desocupados, ou em estado de degradação, que não cumprem a função social de habitação a que se destinam, aplicando a estes o agravamento de taxas previstas na lei do arrendamento urbano. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à taxa do IMI em 2004 o Governo do PSD/PP foi alterada a CISA, bem como o que os contribuintes pagavam, sendo inventado o IMI. -----

Disse de seguida que em 2004 os munícipes de Valongo pagavam 4 milhões 375, em 2008 passaram a pagar 6 milhões 800, e em 2007 julga que foi o mesmo número. -----

Existe neste momento uma proposta na Assembleia da república para reduzir

de 0,5 para 0,4, certamente em 2004 quando a proposta foi à Assembleia da República o Partido Socialista votou contra a proposta, não sabe se votou contra, mas presume pela posição que tem hoje. -----
Continuou dizendo que foi preciso três anos, e na véspera de ano de eleições, para corrigir uma coisa que estava mal, porque é que não se corrigiu logo no primeiro ano de mandato. -----
Quando se diz que o partido Socialista sufragou os 0,45, o que recebeu na sua caixa do correio foi que o Partido Socialista votou sempre contra as taxas do IMI, agora é dito que sufragou. -----
Compreende que o IMI, a maneira que a Lei está feita leva a que o que se vê, no concelho de Valongo e noutros, são grandes receitas, que se conseguem porque a Lei de Finanças Locais está totalmente errada, o que obriga a que para os municípios para terem receitas a construir de qualquer maneira, pois só assim é que conseguem ter receitas. -----
Assim, não era só rever a taxa, passar de 0,5 para 0,4, mas muito mais há a fazer no financiamento das Finanças Locais. -----
Depois o 0,5 que é aplicado em Vila Pouca de Aguiar corresponde a uma taxa muito superior, se essa taxa no concelho fosse 0,3. O valor dos prédios em Vila Pouca de Aguiar não é o mesmo dos prédios em Valongo, no Porto, ou em Lisboa. -----
Disse de seguida que votaram sempre favoravelmente a taxa apresentada pela Câmara, sendo prometido pelo Senhor Presidente da Câmara que relativamente ao ano passado que os valores fixados em 0,45 seriam iguais ao ano transacto, pelos números que lhe foram dados houve um pequeno acréscimo, que não foi significativo. -----
Continuou dizendo que o que está previsto para o próximo ano é um abaixamento de 800 mil euros. Em 2008 foram cobrados seis mil e oitocentos, sendo que para o próximo ano com esta redução de 0,45 para 0,4 vão ser cobrados seis milhões, existe uma redução, da parte do Executivo, de oitocentos mil que vão favorecer os contribuintes. -----
O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que ouviu utilizar várias vezes o termo receitas facultativas, sob o ponto de vista teórico são receitas facultativas, mas começam a acumular IMI, Derrama e IRS, e se a Câmara abdicar desses facultades como é que vive. Seria facultativo se estivessem a funcionar num regime em que houvesse um hábito de receitas. -----
Assim, as receitas não são facultativas, são receitas às quais a Câmara tem obrigação de recorrer para cumprir com o que se compromete com os cidadãos. -----
Disse de seguida que relativamente ao Partido Socialista gostou da expressão “O Governo reconheceu”, pois não ouviu ninguém desmentir o que está previsto desde o início da aplicação do novo modelo da taxa os ajustes em função da evolução da aplicação do imposto e das reavaliações. -----
Portanto, o Governo não reconheceu, mas sim foi alertado, que aliás foi uma

das reclamações que a actual Líder do PSD fez, dando seguimento ao que estava previsto desde a aplicação da Lei, que houvesse uma revisão das taxas. -----

O Governo tomou a decisão de propor até ao fim do ano, e eventualmente aprovar, mas a única coisa que o Governo fará é obrigar as Câmaras a cobrar menos, pois o Governo não abdica de nada, ou seja o Governo não está a fazer absolutamente mais nada. -----

Disse ainda que relativamente ao assunto conhece três versões do Partido Socialista, duas versões concelhias e uma versão do Governo, que não condiz com nenhuma das existentes no Concelho. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.4 Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Referente ao ano 2009, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, um voto a favor do Grupo Municipal da CDI, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, três votos contra sendo um voto contra do Grupo Municipal do BE, um voto contra do Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos, um voto contra do Deputado José Manuel Pereira Ribeiro e onze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que votou contra porque pretende manter-se de forma coerente em relação à matéria em apreço. -----

Não é uma matéria isolada, estão a falar de um imposto, que continua a ser encarada de uma forma ligeira pela esmagadora maioria dos autarcas. -----

Disse de seguida que existem instrumentos novos, que o Governo do Partido Socialista introduziu na vida Municipal, pretende-se uma dimensão nova na vida municipal, a Lei das Finanças Locais dá esse sinal, dando alguns poderes tributários. -----

O IMI que têm em Valongo, e noutros Municípios, tem vindo a crescer nos últimos quatro anos, a forma como o Município executa a despesa, nomeadamente a de capital, as taxas de realização são muito baixas, não são mais baixas se olharem só para os compromissos, havendo questões muito preocupantes que pensa não estarem resolvidas. -----

É da opinião que o Senhor Presidente da Câmara tem que começar a pensar seriamente na questão, não sabe se irá a tempo, pois não se sabe quem irá governar os destinos da Câmara, mas a Lei que foi votada na Assembleia da República traz mais um paço qualitativo, em que dá a possibilidade ao Município de fixar valores da taxa do IMI diferenciada freguesia por freguesia. Votou contra por eles eleitos locais pela população continuam a encarar o assunto sem o mínimo de informação fidedigna quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte das Finanças Locais. -----

Votou contra porque a população tem que perceber como é que funciona o

mecanismo do IMI. -----
Votou contra porque é uma matéria que afecta o orçamento de cada um, as pessoas pagam e não sabem muito bem porque pagam, e a Câmara mantém-se presa a uma formula de maximização de receita. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à discussão o ponto 2.5 Delegação de execução de obras na Junta de Freguesia de Campo – Arruamentos diversos, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----
De seguida colocou à apreciação o ponto 2.6 Relatório do Auditor Externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município de Valongo – Apreciação, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto. -----
Colocou de seguida à apreciação 3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que pretendia clarificar a sua primeira intervenção, quando disse que havia algumas carências na freguesia de Ermesinde que precisavam ser colmatadas, sendo que a resposta do Executivo foi de que muitas obras foram feitas. -----
Terminou dizendo que relativamente ao Relatório, de quatro meses para cá, tudo o que foi dito de obras que estavam em lançamento, de projectos que tinham sido aprovados, não constam do mesmo, daí a sua afirmação inicial. –
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que o que as obras a que se referiu constam do Relatório, não estando inscritas uninominalmente, contam no Departamento de Obras Municipais e Transportes – Valorização de Diversos Espaços Públicos, não estão identificadas mas englobadas na rubrica. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a aprovação em minuta dos pontos 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5 da Ordem do Dia, sendo aprovado por unanimidade. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____